

| | | |
|--|---------------------|---------------------------|
| DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO CIVIL | | SEMESTRE: 2016/1 |
| CATEGORIA: OBRIGATORIA | CRÉDITOS: 02 | CARGA HORÁRIA: 36h |
| PROF: Luiz Claudio Possatto Lyra | | |

EMENTA:

Natureza da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB); Conteúdo e funções da lei de introdução; Definição de lei; Lei de introdução e a questão da aplicação das normas jurídicas; Das lacunas da lei.; Lei de introdução e a vigência espaço temporal da norma; Interpretação da lei; Normas de Direito Internacional Privado contidas na lei de introdução; Análise Teórico. Científica da lei de introdução; Importância da Lei de Introdução ao Código Civil.

OBJETIVOS :

♦ Fazer com que o aluno, futuro especialista em Direito, aprenda a reconhecer as normas vigentes, interpretá-las e integrá-las. Fazendo com que o direito positivo possa ser útil, solucionando os casos reais e práticos que surgem durante a vida em sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: PERFIL JURÍDICO DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO - LINDB

1. Natureza da Lei de introdução
2. Conteúdo e funções da Lei de Introdução
3. Lei de Introdução e a questão da aplicação das normas jurídicas
4. Lei de Introdução e a vigência espaço-temporal da norma
5. Normas de direito internacional privado contidas na Lei de Introdução.

UNIDADE II: ANÁLISE TEÓRICO CIENTÍFICA DA LEI DE INTRODUÇÃO

Art. 1º

1. Lei como fonte jurídica formal
2. Lei como resultado da atividade legislativa
3. Processo legislativo como fonte legal
4. Executoriedade e obrigatoriedade da lei
5. Aspectos essenciais da validade e delimitação conceitual de vigência, eficácia e fundamento
6. Princípio da vigência sincrônica e vacatio legis
7. Compito do prazo de vacatio legis
8. Prazo para entrada em vigor da lei brasileira no estrangeiro
9. Obrigatoriedade da lei revogada durante a vacatio legis
10. Sujeição à lei nova antes de finda a vacatio legis
11. Questão da aplicabilidade do prazo da vacatio legis a decretos, regulamentos e outras normas obrigatórias.
12. Vigência do ato administrativo e de lei tributária
13. Inaplicabilidade do art. 1º § 2º
14. Objeto do dispositivo legal sub examine.

Art 2º

1. Hipóteses de cessação da vigência normativa.
2. Caducidade, desuso e costume negativo
3. Revogação
4. Possibilidade da existência de antinomias aparentes e reais
5. Critério hierárquico
6. Critério cronológico
7. Critério da especialidade
8. Antinomias de segundo grau e metacritérios para sua solução
9. Critérios para a resolução dos conflitos entre normas de direito internacional público

10. Princípios solucionadores dos conflitos entre norma de direito internacional público e norma de direito interno

11. Repreestinação.

Art. 3º

1. Obrigatoriedade da norma .
2. Exceptio ignorantiae juris.
3. Possibilidade de escusabilidade do error juris.

Art. 4º

1. Integração e o problema das lacunas do direito
2. Localização sistemática do problema das lacunas jurídicas
3. Questão da existência das lacunas
 - A) Considerações gerais
 - B) Lacunas como problema de jurisdição
 - C) Lacuna como problema inerente ao sistema jurídico
 - D) Aporia das lacunas
4. Constatação e preenchimento das lacunas
 - A) identificação da lacuna
 - B) meios supletivos das lacunas
 - b.1 analogia
 - b.2 costume
 - b.3 Princípios gerais de direito
 - b.4 Equidade

Art. 5º

1. Utilidade prática do art. 5º
2. Conceito, funções e caráter necessário da interpretação
3. Questão da vontade da lei ou do legislador como critério hermenêutico
4. Técnicas interpretativas
5. Técnica interpretativa teleológica e integração da lacuna ontológica e axiológica
6. Fim social
7. Bem comum
8. Efeitos do ato interpretativo
9. Papel da ideologia na aplicação jurídica
10. Discrecionabilidade judicial

Art. 6º

1. Relação entre irretroatividade das leis, eficácia e teoria dogmática da incidência normativa
2. Ato Jurídico Perfeito
3. Direito Adquirido
4. Coisa Julgada
5. Critérios para a aplicabilidade dos princípios da retroatividade e da irretroatividade

Art. 7º

1. Doutrina da extraterritorialidade e estatuto pessoal
2. Lez domicilii
3. Estado civil e lei domiciliar
4. Lex loci celebrationis e casamento
5. Casamento de estrangeiro perante autoridade diplomática ou consular
6. Invalidade de casamento de pessoas com domicílio comum ou com domicílios diferentes
7. Declaração da putatividade do casamento nulo ou anulável
8. Casamento de funcionário diplomático ou consular
9. Lei disciplinadora das relações patrimoniais entre cônjuges
10. Regime matrimonial de bens de brasileiro naturalizado
11. Divórcio realizado no estrangeiro e seu reconhecimento no Brasil
12. Domicílio internacional legal dos incapazes e exceção à unidade do domicílio conjugal
13. Adômne e concurso sucessivo de elementos de conexão
14. Alguns subsídios jurisprudenciais relativos ao art 7 da lei de introdução

Art. 8º

1. Qualificação de bens e doutrina da territorialidade e da extraterritorialidade
2. Conflito interestadual alusivo aos direitos reais; *lex rei sitae* e *ius in re*
3. Penhor e *ius domicili*

Art. 9º

1. *Locus regit actum* e *ius ad rem*
2. Exceções à aplicação da *lex loci celebrationis*
3. Exequibilidade da obrigação no território brasileiro e *lex loci executionis*
4. Obrigação contratual inter abstes e residência do proponente
5. Dados Jurisprudenciais

Art. 10

1. Teoria da unidade sucessória
2. Lei do domicílio do de cujus na sucessão causa mortis
3. Comoriência
4. Morte presumida e sucessão
5. Lei disciplinadora da capacidade para suceder do herdeiro e do legatário
6. Execução de testamento feito no exterior
7. Variação da ordem de vocação hereditária em benefício de cônjuge ou filhos brasileiros
8. Adendo jurisprudencial

Art. 11

1. Lei do lugar da constituição da sociedade ou fundação
2. Condição para abertura de filiais, agências ou estabelecimentos de pessoa jurídica estrangeira no Brasil
3. Restrições à aquisição, ao gozo e exercício de direito real no território nacional pelas pessoas jurídicas de direito público
4. Exceção à incapacidade aquisitiva de imóveis por governos estrangeiros
5. Jurisprudência

Art. 12

1. Critério de determinação da competência internacional e a questão do conflito de jurisdição
2. Territorialidade das leis de organização e competência dos tribunais
3. Direito do estrangeiro ao acesso aos tribunais brasileiros e a *cautio iudicatum solvi*
4. Competência estrangeira eventual e *fórum prorogatae jurisdictionis*
5. Competência geral brasileira necessária e *fórum rei sitae*
6. Exequatur de *litterae requisitoriales* e cumprimento de diligências deprecadas por autoridade competente

Art. 13

1. Princípio da territorialidade e prova dos fatos ocorridos no exterior
2. *Onus probandi*, meios de prova e modos de produção da prova
3. *lex loci* e *lex fori*
4. apreciação das provas e inadmissibilidade de prova desconhecida pelo direito pátrio

Art. 14

1. princípio *iura novit curia* e *ius communis*
2. meios de prova do direito estrangeiro aplicável
3. teoria da remissão receptícia e teoria das normas sobre produção jurídica
4. soluções doutrinária ante a impossibilidade de se conhecer o direito alienígena

Art. 15

1. eficácia da decisão judicial limitada à jurisdição de sua prolação
2. diferentes critérios sobre o problema da eficácia jurídica e da força executiva de sentença estrangeira
3. *actio iudicati* e exequatur
4. requisitos para execução de sentença estrangeira no Brasil
5. juízo de delibação

6. questão da dispensa da homologação de sentença estrangeira meramente declaratória de estado de pessoa
7. desnecessidade do juízo de delibação para o cumprimento de carta rogatória estrangeira e de título executivo extra judicial

Art. 16

1. resolução dos conflitos de qualificação de relações jurídicas
2. teoria do reenvio
3. teoria da referência do direito material estrangeiro e proibição do retorno

Art. 17

1. limites à extraterritorialidade da lei
2. soberania nacional
3. ordem pública
4. bons costumes
5. instituição jurídica desconhecida

Art. 18

1. Competência do cônsul e lei reguladora dos atos por ele praticados
2. Celebração de casamento de brasileiros perante autoridade consular e sua prova

Art. 19

1. validade de casamento consular de brasileiros não domiciliados no Brasil
2. renovação de pedido para celebração de casamento consular de nacionais domiciliados no exterior

UNIDADE III: IMPORTÂNCIA DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL

METODOLOGIA:

- Aulas expositivas ;

AVALIAÇÃO:

2 Provas, Trabalhos, pequenas apresentações e tarefas extras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA :

DINIZ, Maria Helena. **Lei de introdução às normas do direito brasileiro interpretada**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: parte geral. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**: primeiras linhas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL, Francisco. **Direito civil**: introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000
COELHO, Fabio Ulhoa. **Roteiro da Lógica Jurídica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
DINIZ, Maria Helena. **As lacunas no Direito**. 6. ed. São Paulo, Saraiva, 2000.